

# **DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA**

**As grandes Encíclicas Sociais:  
abordagem histórica sobre a visão da  
Igreja em relação às questões sociais**

**Autores:**

Padre Altair Manieri  
Padre Jeferson Nogueira da Matta  
Padre Leomar Antônio Montagna





## **EXPEDIENTE**

Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB)

### **PRESIDENTE**

Dom José Valdeci Santos Mendes  
Bispo Diocesano de Brejo (MA)

### **BISPOS REFERENCIAIS**

Dom Geremias Steinmetz  
Arcebispo de Londrina (PR)

Dom João Aparecido Bergamasco  
Bispo Diocesano de Primavera do Leste – Paranatinga (MT)

Dom José Reginaldo Andrietta  
Bispo Diocesano de Jales (SP)

Dom José Ionilton de Oliveira  
Bispo da Prelazia do Marajó (PA)

Dom Limacedo Antônio da Silva  
Bispo Diocesano de Afogados da Ingazeira (PE)

### **ASSESSORIA**

Alessandra Miranda  
Padre Dário Bossi

## **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

Cláudia Pereira  
Jucelene Rocha

## **REVISÃO**

Paulo Castro

## **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Mateus Leal

## **APOIO**

Misereor e Porticus

*A Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB) tem como atribuição fortalecer a participação da Igreja na formação do desenvolvimento humano integral, na construção de uma sociedade justa e solidária, promovendo o respeito aos Direitos Humanos, à luz do Evangelho, da Doutrina Social da Igreja (DSI) e da opção pelos pobres. Sua missão é ser um instrumento de transformação da realidade à luz da Palavra de Deus e das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) na promoção da pessoa e da comunidade, para que estas se tornem protagonistas, promotoras e defensoras da vida. A título de subsídio, oferecemos um estudo sobre o valor de se propagar um maior conhecimento da Doutrina Social da Igreja em todos os âmbitos eclesiais, para animar, fortalecer e mobilizar as Pastorais Sociais e os Movimentos Populares em vista da construção de uma sociedade mais de acordo com os valores do Reino de Deus propostos por Jesus Cristo.*

ESTUDO 2  
Doutrina Social da Igreja

# Sumário

Clique nos temas abaixo para  
acessar o seu conteúdo 

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>.05</b>
<b>A DOCTRINA SOCIAL APÓS A PATRÍSTICA ATÉ A RERUM NOVARUM .....</b>	<b>.08</b>
<b>AS GRANDES ENCÍCLICAS SOCIAIS: O INÍCIO DE UM NOVO CAMINHO - DA RERUM NOVARUM AO CONCÍLIO VATICANO II.....</b>	<b>12</b>
1) Leão XIII (1878-1903): Encíclica <i>Rerum Novarum</i>	12
2) Pio XI (1922-1939)	14
3) Pio XII (1939-1958): radiomensagens natalinas	16
4) João XXIII (1958-1963)	17
5) Concílio Vaticano II (1961-1965)	19
<b>AS GRANDES ENCÍCLICAS SOCIAIS: DO PÓS-CONCÍLIO VATICANO II ATÉ O PAPA FRANCISCO .....</b>	<b>22</b>
1) Paulo VI (1963-1978)	22
2) João Paulo II (1978-2005)	24
3) Bento XVI (2005-2013)	27
4) Francisco (2013-2025)	30
5) Igreja Latino-Americana e no Brasil	40

# 1

## INTRODUÇÃO

**E**ste texto tem por finalidade apresentar uma proposta para um projeto de estudo da Doutrina Social da Igreja em todas as Comunidades Eclesiais. Ele integra a coleção Ação Sociotransformadora, que conta com quatro publicações. Neste Estudo 2 serão trabalhadas **As grandes Encíclicas Sociais, abordagem histórica sobre a visão da Igreja em relação às questões sociais.**

A Doutrina Social da Igreja é o conjunto de escritos, mensagens, cartas, encíclicas, exortações, pronunciamentos e declarações que compõem o pensamento do magistério católico a respeito da chamada ‘questão social’. A Igreja, desde suas origens, sempre esteve confrontada a essa questão. No entanto, sua doutrina se convencionou como social somente a partir da Encíclica Rerum Novarum, do Papa Leão XIII, em 1891.<sup>1</sup>

---

**1 Doutrina Social da Igreja:** História e conceitos fundamentais. Dom José Reginaldo Andrietta (bispo diocesano de Jales). In: Cad. Fé e Cultura, Campinas, v.2, n. 2, p. 104-105, jul./dez., 2017.

Os problemas sociais não estiveram ausentes dos posicionamentos anteriores à Encíclica *Rerum Novarum* e muito menos da prática da Igreja. No entanto, sabe-se que, a partir da Encíclica *Rerum Novarum*, que tratou das condições de trabalho e de vida das massas urbanas marcadas por grande exploração e miséria, muitas outras questões sociais passaram a ser permanentemente tratadas pela Igreja, culminando em admiráveis posicionamentos de Papas e de Conferências Episcopais sobre problemas sociais específicos de cada país e continente. “Os princípios afirmados por Leão XIII serão retomados e aprofundados pelas encíclicas sociais sucessivas”.<sup>2</sup> A Igreja no Brasil, em particular, tem uma história muito densa de análise, publicação e atuação em questões sociais. Todos esses posicionamentos e documentos serão tratados num terceiro texto deste projeto amplo que se pretende para o estudo da Doutrina Social da Igreja.

O Papa Bento XVI dizia, ao inaugurar a V Conferência do CELAM, em Aparecida (SP):

Será também necessária uma catequese social e uma adequada formação na Doutrina Social da Igreja, sendo muito útil para isso o ‘Compêndio da Doutrina Social da Igreja’. A vida cristã não se expressa somente nas virtudes pessoais, mas também nas virtudes sociais e políticas.<sup>3</sup>

---

**2** Idem, nº 90.

**3** BENTO XVI, Discurso Inaugural da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, 3.

A Doutrina Social da Igreja não foi pensada desde o princípio como um sistema orgânico, mas foi se formando pouco a pouco, com progressivos pronunciamentos do Magistério sobre os temas sociais. Tal gênese torna compreensível o fato de que tenham podido intervir algumas oscilações acerca da natureza, do método e da estrutura epistemológica da Doutrina Social da Igreja. Na sua contínua atenção ao homem na sociedade, a Igreja acumulou assim um rico patrimônio doutrinal. Ele tem as suas raízes nas Sagradas Escrituras (especialmente no Evangelho e nos escritos apostólicos) e tomou forma e corpo na doutrina dos Padres da Igreja, dos grandes Doutores da Idade Média, constituindo uma doutrina na qual, mesmo sem pronunciamentos magisteriais explícitos e diretos, a Igreja se foi pouco a pouco reconhecendo.<sup>4</sup>

Neste estudo, distinguiremos três momentos da formulação da Doutrina Social da Igreja: o primeiro, o período da Patrística até a *Rerum Novarum*; o segundo, de Leão XIII até o Vaticano II; e o terceiro, o período que se seguiu ao Concílio até os nossos dias, com o Papa Francisco.

---

**4** Cf. o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, p. 72 e p. 87b *apud* Catecismo da Igreja Católica, p. 2.421.

# 2

## A DOUTRINA SOCIAL APÓS A PATRÍSTICA ATÉ A *RERUM NOVARUM*

**A**pós a época patrística, a teologia continuou a refletir sobre a ética da convivência social, pondo relevo na inviolabilidade da vida humana, na santidade e na indissolubilidade do matrimônio, na dignidade da mulher e da criança, no valor do trabalho humano etc. Nos mosteiros e, depois, nas universidades, foram elaborados os princípios básicos que regulam a vida da sociedade. Tornaram-se, assim, beneméritos São Tomás de Aquino (+1274) e vários outros teólogos, canonistas e filósofos.

Na Idade Média, destacou-se o papel profético das ordens religiosas, que, inspiradas pelo Espírito Santo e por santos fundadores e santas fundadoras, assumiram o serviço evangélico aos pobres, colocando-os no centro da missão da Igreja e provocando-a a adotar um estilo de vida pobre e radical. Da mesma forma, é importante destacar as posições corajosas de religiosos que, na contramão da cristianização colonial – como na América Latina –, defenderam os povos indígenas, reconhecendo sua dig-

nidade e sua importante contribuição cultural. Trata-se de relevantes contribuições sobre o compromisso social da fé, que, em seguida, inspiraram a sistematização dos documentos magisteriais que analisaremos.

No começo do século XIX, o cenário europeu se modificou, em virtude da Revolução Industrial, do capitalismo e do liberalismo. Novos e graves problemas sociais surgiram, provocados por abusos do capital sobre o trabalho, o que suscitou a atenção dos chamados “católicos sociais”, que marcaram o século XIX e prepararam o caminho para a primeira encíclica papal sobre a questão operária, ou seja, a *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1891).

Durante 18 séculos, a sociedade manteve suas estruturas fundamentais estacionárias. Foi no século XIX, em virtude do progresso da técnica, que a ordem socioeconômica foi transformada, afetando desastrosamente a classe operária, de modo que os problemas sociais tomaram vulto e relevo. Em 1848, foi publicado o Manifesto Comunista, de Karl Marx, primeiro ensaio de sistematização das tendências socialistas, que haveria de inspirar e dominar toda a atividade da esquerda política na segunda metade do século XIX, mas também naquela época surgiram novos e grandes vultos do pensamento católico, preparando assim o contexto da Encíclica *Rerum Novarum*.

Naquela época, no que se refere à moral e à justiça, cai-se num excessivo individualismo: a mudança é compreensível, sobretudo a partir da teologia do pecado, então vigente, que insiste no caráter pessoal do pecado e prescinde, quase por completo, de suas outras dimensões: “Salva tua alma”. A questão do pecado social só vai ter destaque com o Papa São João Paulo II, de maneira especial em sua Exortação Apostólica *Reconciliatio et Paenitentia*, em 1984 (§ 2º, 15 e 16). O Compêndio da Doutrina Social da igreja trata o referido tema nos parágrafos 115 ao 123.

Vejamos alguns destaques:

Todo o pecado é pessoal sob um aspecto; sob um outro aspecto, todo o pecado é social, enquanto e porque tem também consequências sociais. O pecado, em sentido verdadeiro e próprio, é sempre um ato da pessoa, porque é um ato de liberdade de um homem, individualmente considerado, e não propriamente de um grupo ou de uma comunidade, mas a cada pecado se pode atribuir indiscutivelmente o caráter de pecado social, tendo em conta o fato de que, em virtude de uma solidariedade humana tão misteriosa e imperceptível quanto real e concreta, o pecado de cada um se repercute, de algum modo, sobre os outros (117, apud RP, 16).

Também acrescenta:

Alguns pecados, ademais, constituem, pelo próprio objeto, uma agressão direta ao próximo. Tais pecados, em particular, se qualificam como pecados sociais. É igualmente social todo o pecado cometido contra a justiça, quer nas relações de pessoa a pessoa, quer nas da pessoa com a comunidade, quer, ainda, nas da comunidade com a pessoa. É social todo o pecado contra os direitos da pessoa humana, a começar pelo direito à vida, incluindo a do nascituro, ou contra a integridade física de alguém; todo o pecado contra a liberdade de outrem, especialmente contra a suprema liberdade de crer em Deus e de adorá-lo; todo o pecado contra a dignidade e a honra do próximo. Social é todo o pecado contra o bem comum e contra as suas exigências, em toda a ampla esfera dos direitos e dos deveres dos cidadãos. Enfim, é social aquele pecado

que diz respeito às relações entre as várias comunidades humanas. Estas relações nem sempre estão em sintonia com o desígnio de Deus, que quer no mundo justiça, liberdade e paz entre os indivíduos, os grupos, os povos (118, apud RP, 16).

Os eventos de natureza econômica que se deram no século XIX tiveram consequências sociais, políticas e culturais lacerantes. Os acontecimentos ligados à Revolução Industrial subverteram a secular organização da sociedade, levantando graves problemas de justiça e pondo a primeira grande questão social, a questão operária, suscitada pelo conflito entre o capital e o trabalho. Nesse quadro, a Igreja advertiu sobre a necessidade de intervir de modo novo: as “*res novae*”, constituídas por tais eventos, representavam um desafio ao seu ensinamento e motivavam uma especial solicitude pastoral para com as ingentes massas de homens e mulheres. Era necessário um renovado discernimento da situação, apto a delinear soluções apropriadas para problemas insólitos e inexplorados.<sup>5</sup>

A partir da Encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, a DSI se desenvolveu na Igreja pelo Magistério dos Romanos Pontífices e dos Bispos, em comunhão com eles. Não obstante, a Encíclica *Rerum Novarum* deu início a um novo caminho: inserindo-se numa tradição plurissecular, ela assinalou um novo início e um substancial desenvolvimento do ensinamento no campo social.

---

5 Cf. o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, p. 88.

# 3

## AS GRANDES ENCÍCLICAS SOCIAIS: O INÍCIO DE UM NOVO CAMINHO - DA *RERUM NOVARUM* AO CONCÍLIO VATICANO II

**1**

### **Leão XIII (1878-1903): Encíclica *Rerum Novarum***

**E**m resposta à primeira grande questão social, Leão XIII promulga a primeira encíclica social, a *Rerum Novarum* (1891). Ela examina a condição dos trabalhadores assalariados, particularmente penosa para os operários das indústrias, afligidos por uma indigna miséria. A questão operária é tratada segundo a sua real amplitude: é explorada em todas as suas articulações sociais e políticas, para ser adequadamente avaliada à luz dos princípios doutrinários baseados na Revelação, na lei e na moral natural.

A *Rerum Novarum* enumera os erros que provocam o mal social, exclui o socialismo como remédio e expõe, precisando-a e atualizando-a, a doutrina católica acerca do trabalho, do direito

de propriedade, do princípio da colaboração, contraposto à luta de classe como meio fundamental para a mudança social, sobre o direito dos fracos, sobre a dignidade dos pobres, sobre as obrigações dos ricos, sobre o aperfeiçoamento da justiça mediante a caridade e sobre o direito de existirem associações profissionais.

A *Rerum Novarum* tornou-se a carta magna da atividade cristã no campo social. O tema central da Doutrina Social da Encíclica é o da instauração de uma ordem social justa, em vista do qual é mister individualizar critérios de juízo que ajudem a avaliar os ordenamentos sociopolíticos existentes e formular linhas de ação para a sua oportuna transformação.

A *Rerum Novarum* enfrentou a questão operária com um método que se tornará um paradigma permanente para o desenvolvimento da Doutrina Social. Os princípios afirmados por Leão XIII serão retomados e aprofundados pelas encíclicas sociais sucessivas. Toda a Doutrina Social poderia ser entendida como uma atualização, um aprofundamento e uma expansão do núcleo originário de princípios expostos na *Rerum Novarum*. Com o referido texto, corajoso e de longo alcance, o Papa Leão XIII conferiu à Igreja quase um “estatuto de cidadania” no meio das variáveis realidades da vida pública e escreveu essa palavra decisiva, que se tornou um elemento permanente da Doutrina Social da Igreja, afirmando que os graves problemas sociais só poderiam ser resolvidos pela colaboração entre todas as forças intervenientes e acrescentando também: quanto à Igreja, não deixará de modo nenhum faltar a sua quota-parte.<sup>6</sup>

Para o Papa Leão XIII, os três fatores básicos da vida econômica são os trabalhadores, a propriedade produtiva e o Estado. O justo e adequado inter-relacionamento entre esses fatores

---

<sup>6</sup> Cf. o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, p. 89-90.

é assunto crucial para o bem-estar da sociedade. A mesma encíclica defende o direito dos operários de ter acesso à propriedade como fruto de um trabalho remunerado com justiça e de se associar em sindicatos. Além disso, mostra as obrigações e os limites da intervenção do Estado.

Os Papas Pio X (1903-1914) e Bento XV (1914-1922) não escreveram documentos sociais.

## 2 Pio XI (1922-1939)

No início dos anos de 1930, em seguida à grave crise econômica de 1929, o Papa Pio XI publicou a Encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), comemorativa aos 40 anos da *Rerum Novarum*. O Papa releu o passado à luz de uma situação econômico-social na qual a expansão do poder dos grupos financeiros, em âmbito nacional e internacional, se juntara à industrialização. Era o período pós-bélico, em que se iam afirmando na Europa os regimes totalitários, enquanto se exacerbava a luta de classes. A encíclica advertiu acerca da falta de respeito à liberdade de associação e reafirmou os princípios de solidariedade e de colaboração para superar as antinomias sociais. As relações entre o capital e o trabalho devem dar-se sob o signo da colaboração.

A *Quadragesimo Anno* reafirmou o princípio segundo o qual o salário deve ser proporcionado não só às necessidades do trabalhador, mas também às de sua família. O Estado, nas relações com o setor privado, deve aplicar o princípio de subsidiariedade, princípio que se tornará um elemento permanente da Doutrina Social. A encíclica refutou o liberalismo, entendido como uma concorrência ilimitada das forças econômicas, mas

reconfirmou o direito à propriedade privada, evocando-lhe a sua função social. Em uma sociedade por reconstruir desde as bases econômicas, que se torna ela mesma e toda inteira a questão a enfrentar, Pio XI sentiu o dever e a responsabilidade de promover um maior conhecimento, uma mais exata interpretação e uma urgente aplicação da lei moral reguladora das relações humanas para superar o conflito de classes e estabelecer uma nova ordem social baseada na justiça e na caridade.

Na mesma encíclica, Pio XI criticou tanto o capitalismo quanto o comunismo e discutiu a questão do justo salário e de uma reta ordem política. Formulou o princípio de subsidiariedade, apontou para a responsabilidade da propriedade privada, para o direito dos trabalhadores ao emprego, ao justo salário e à organização para reivindicar seus direitos. Insistiu no papel dos governos para a promoção do bem comum de toda a sociedade. Qualquer empreendimento econômico está sujeito à justiça e à caridade, como leis básicas da vida social.

A relação de Pio XI com regimes autoritários foi difícil. De um lado, o Papa manteve uma posição de oposição ao comunismo; do outro, porém, firmou concordatas com o governo fascista de Mussolini, na Itália, e com o governo nazista de Hitler, na Alemanha, buscando garantir certa liberdade e proteção para a Igreja Católica nesses países. Isso foi criticado tanto na época quanto por historiadores posteriores, por ter dado alguma legitimidade a regimes que promoviam opressão e violência.

Igualmente, durante o seu pontificado, Pio XI não deixou de elevar a voz contra esses regimes. Já no dia 29 de junho de 1931, Pio XI havia protestado contra os abusos do regime totalitário fascista na Itália com a Encíclica *Non Abbiamo Bisogno*. Em 14 de março de 1937, publicou, contra o nazismo, a Encíclica *Mit Brennender Sorge* (com grande preocupação), sobre a situação

da Igreja Católica no Reich germânico. O texto da *Mit Brennender Sorge* foi lido do púlpito em todas as igrejas, depois de ter sido distribuído no máximo segredo. A encíclica aparecia após anos de abusos e de violências e fora expressamente pedida a Pio XI pelos bispos alemães, após as medidas cada vez mais coativas e repressivas tomadas pelo Reich em 1936, particularmente em relação aos jovens, obrigados a se inscrever na Juventude Hitleirista. O Papa dirigiu-se diretamente aos sacerdotes e aos religiosos, assim como aos fiéis leigos, para incentivá-los e chamá-los à resistência, enquanto uma verdadeira paz entre a Igreja e o Estado não se restabelecesse. Em 1938, perante a difusão do antissemitismo, Pio XI afirmou: “Somos espiritualmente semitas”.

Em 19 de março de 1937, com a Carta Encíclica *Divini Redemptoris*, sobre o comunismo ateu e sobre a doutrina social cristã, Pio XI criticou de modo sistemático o comunismo (definido como intrinsecamente perverso) e indicou como meios principais, para pôr remédio aos males por ele produzidos, a renovação da vida cristã, o exercício da caridade evangélica, o cumprimento dos deveres de justiça no plano interpessoal e social em vista do bem comum e a institucionalização de corpos profissionais e interprofissionais.<sup>7</sup>

## 3

## **Pio XII (1939-1958): radiomensagens natalinas**

As radiomensagens natalinas de Pio XII, juntamente com outros importantes pronunciamentos em matéria social, apro-

---

<sup>7</sup> Cf. o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, p. 91-92.

fundaram a reflexão magisterial sobre uma nova ordem social, governada pela moral e pelo direito e fundada na justiça e na paz. Durante o seu pontificado, Pio XII atravessou os anos terríveis da Segunda Guerra Mundial e os tempos difíceis da reconstrução. Ele não publicou encíclicas sociais, mas manifestou constantemente, em numerosos contextos, a sua preocupação com a ordem internacional subvertida. Nos anos da guerra e do pós-guerra, o magistério social de Pio XII representou, para muitos povos de todos os continentes e para milhões de crentes e não crentes, a voz da consciência universal. Com a sua autoridade moral e o seu prestígio, Pio XII levou a luz da sabedoria cristã a inumeráveis homens de todas as categorias e níveis sociais.

Um aspecto importante do ensinamento de Pio XII está na atenção dada às categorias profissionais e empresariais, chamadas a concorrer em plena consciência para a consecução do bem comum. Pela sua sensibilidade e inteligência em detectar os “sinais dos tempos”, Pio XII pode ser considerado o precursor imediato do Concílio Vaticano II e do ensinamento social dos Papas que lhe sucederam.<sup>8</sup>

## 4 João XXIII (1958-1963)

O Papa João XXIII, na Encíclica *Mater et Magistra* (1961), pretendeu atualizar os documentos já conhecidos e avançar no sentido de comprometer toda a comunidade cristã. As palavras-chave da encíclica são “comunidade” e “socialização”: a Igreja foi chamada, na verdade, na justiça e no amor, a colaborar com todos

---

<sup>8</sup> Cf. o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, p. 93.

os homens para construir uma autêntica comunhão. Por tal via, o crescimento econômico não se limitará a satisfazer as necessidades dos homens, mas poderá promover também a sua dignidade.

A referida encíclica usou o método de ver, julgar e agir. Assim, afirmou a função social da propriedade e advogou uma política de apoio à agricultura familiar e ao cooperativismo. De igual modo, definiu o bem comum como o conjunto de condições que permitem e favorecem nos seres humanos o desenvolvimento integral da personalidade, expondo as exigências da justiça nas relações entre os setores produtivos e no campo da cooperação entre as nações.

Com a Encíclica *Pacem in Terris* (1963), João XXIII realçou o tema da paz numa época marcada pela proliferação nuclear. A *Pacem in Terris* contém, ademais, uma primeira e aprofundada reflexão da Igreja sobre os direitos, com o respeito dos direitos humanos como condição para a paz. É a encíclica da paz e da dignidade humana. Ela prosseguiu e completou o discurso da *Mater et Magistra* e, na direção indicada por Leão XIII, sublinhou a importância da colaboração entre todos: foi a primeira vez em que um documento da Igreja foi dirigido também a todas as pessoas de boa vontade, que são chamadas a uma imensa tarefa de recompor as relações da convivência na verdade, na justiça, no amor e na liberdade. A *Pacem in Terris* se deteve sobre os poderes públicos da comunidade mundial, chamados a enfrentar os problemas de conteúdo econômico, social, político e cultural da alçada do bem comum universal.

O Papa João XXIII, na Encíclica *Pacem in Terris*, apresentou duas questões centrais: a brecha entre ricos e pobres e as ameaças à paz mundial. Os cristãos e todas as pessoas de boa vontade são chamados a colaborar na criação de estruturas locais, nacionais e internacionais com vistas à promoção da dignidade hu-

mana, da justiça e da paz. A *Pacem in Terris* enfatizou os direitos econômicos e sociais e a necessidade de que fossem analisados os sinais dos tempos (PT, 39). Além disso, fez a distinção entre ideologias e movimentos históricos concretos (PT, 159) e propôs critérios para uma verdadeira paz entre as comunidades políticas e para as relações na comunidade mundial. De igual modo, viu a consolidação da paz como fruto de uma ordem fundada na verdade, construída segundo a justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade (PT, 167).<sup>9</sup>

## 5 Concílio Vaticano II (1961-1965)

O Concílio Vaticano II marcou o fim de uma era e o começo de outra. A *Gaudium et Spes*, Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, constitui a grande referência para uma nova visão de Igreja e um novo relacionamento da Igreja com o mundo moderno. Da missão especificamente religiosa da Igreja, segundo o concílio, derivam um encargo, uma luz e uma energia que podem servir para a organização e o fortalecimento da comunidade humana segundo a Lei de Deus (GS, 42). Consolidando todo o ensinamento da Igreja no campo social, nesse documento o concílio tratou da condição e vocação humana, da dignidade da pessoa humana, dos fundamentos éticos da comunidade humana e da atividade humana no mundo. Abordou, ainda, os problemas mais urgentes nos campos do matrimônio e da família e tratou da promoção do progresso cultural, da vida econômica social, da comunidade política e da promoção da paz na comunidade internacional.

---

<sup>9</sup> Cf. o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, p. 94B e 95.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965), do Concílio Vaticano II, constituiu uma significativa resposta da Igreja às expectativas do mundo contemporâneo. Na citada constituição, em sintonia com a renovação eclesiológica, se reflete uma nova concepção de ser comunidade dos crentes e do povo de Deus. Ela suscitou, portanto, novo interesse pela doutrina contida nos documentos precedentes acerca do testemunho e da vida dos cristãos, como caminhos autênticos para tornar visível a presença de Deus no mundo. A *Gaudium et Spes* traçou o rosto de uma Igreja verdadeiramente solidária com o gênero humano e com a sua história, que caminha juntamente com a humanidade inteira e experimenta com o mundo a mesma sorte terrena, mas que, ao mesmo tempo, é como que o fermento e a alma da sociedade humana, destinada a ser renovada em Cristo e transformada na família de Deus.

A *Gaudium et Spes* abordou organicamente os temas da cultura, da vida econômico-social, do matrimônio e da família, da comunidade política, da paz e da comunidade dos povos, à luz da visão antropológica cristã e da missão da Igreja. Tudo é considerado a partir da pessoa e em vista da pessoa: a única criatura que Deus quis por si mesma. A sociedade, as suas estruturas e o seu desenvolvimento não podem ser queridos por si mesmos, mas para o aperfeiçoamento da pessoa humana. Pela primeira vez, o magistério solene da Igreja, no seu mais alto nível, se exprimiu tão amplamente acerca dos diversos aspectos temporais da vida cristã. Deve-se reconhecer que a atenção da constituição em relação às mudanças sociais, psicológicas, políticas, econômicas, morais e religiosas estimulou cada vez mais, no último vintênio, a preocupação pastoral da Igreja pelos problemas dos homens e o diálogo com o mundo.

Um outro documento do Concílio Vaticano II muito importante no corpus da Doutrina Social da Igreja é a declaração *Dignitatis Humanae* (1965), em que se proclama o direito à liberdade religiosa. O documento trata o tema em dois capítulos. No primeiro, de caráter geral, afirma-se que o direito à liberdade religiosa tem o seu fundamento na dignidade da pessoa humana e declara que ele deve ser reconhecido e sancionado como direito civil no ordenamento jurídico da sociedade. O segundo capítulo aborda o tema à luz da Revelação, esclarecendo as suas implicações pastorais, recordando tratar-se de um direito que concerne não somente às pessoas individualmente consideradas, mas também às diversas comunidades.<sup>10</sup>

Na América Latina, as quatro grandes conferências episcopais continentais – Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007) – representam o compromisso da Igreja latino-americana em assumir o Concílio Vaticano II à luz das características culturais, religiosas, sociais e econômicas do contexto local, destacando especialmente a centralidade dos pobres e das juventudes, o desafio do diálogo intercultural e o modelo de Igreja baseado nas comunidades eclesiais de base.

---

**10** Cf. o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, p. 96-97.

# 4

## AS GRANDES ENCÍCLICAS SOCIAIS: DO PÓS-CONCÍLIO VATICANO II ATÉ O PAPA FRANCISCO

### 1 Paulo VI (1963-1978)

“O desenvolvimento é o novo nome da paz”, proclamou solenemente Paulo VI na **Encíclica *Populorum Progressio* (1967)**. Nela ele traçou as coordenadas de um desenvolvimento integral do homem e de um desenvolvimento solidário da humanidade. O Papa apresentou o desenvolvimento como “a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas” e especificou as suas características. Nessa perspectiva, Paulo VI instituiu, em 1967, a Pontifícia Comissão *Justitia et Pax*, realizando um voto dos Padres Conciliares, para os quais é muito oportuna a criação de um organismo da Igreja universal com o fim de despertar a comunidade dos católicos para que se promovam o progresso das regiões indigentes e a justiça social entre as na-

ções. Ele afirmou que os leigos devem assumir como tarefa própria a renovação da ordem temporal. A encíclica apontou para a dimensão estrutural da injustiça no mundo e para o direito de todos de se tornarem participantes do desenvolvimento integral em espírito de colaboração solidária. Além disso, declarou que o desenvolvimento é o novo nome da paz.

Por iniciativa de Paulo VI, a começar de 1968, a Igreja celebrou no primeiro dia do ano o Dia Mundial da Paz. O mesmo Pontífice deu início à feliz tradição das mensagens que se ocupam do tema de cada Dia Mundial da Paz, acrescentando assim o corpus da doutrina social.<sup>11</sup>

No início dos anos de 1970, num clima turbulento de contestação fortemente ideológica, Paulo VI retomou a mensagem social de Leão XIII e a atualizou, por ocasião do octogésimo aniversário da *Rerum Novarum*, com a **Carta Apostólica *Octogesima Adveniens* (1971)**. O Papa refletiu sobre a sociedade pós-industrial com todos os seus complexos problemas, salientando a insuficiência das ideologias para responder a tais desafios: a urbanização, a condição juvenil, a condição da mulher, o desemprego, as discriminações, a emigração, o incremento demográfico, o influxo dos meios de comunicação social e o ambiente natural.

Na *Octogesima Adveniens*, o Papa fez um chamado à ação e apontou para a missão e as responsabilidades das comunidades eclesiais, de modo que caberia às comunidades cristãs analisar, com objetividade, as situações próprias dos seus países, procurando iluminá-las com a luz das palavras inalteráveis do Evangelho. A elas cumpriria haurir princípios de reflexão, normas de julgar e diretrizes para a ação na Doutrina Social da Igreja, tal como ela tem sido elaborada, no decurso da história. Os cristãos foram

---

11 Cf. o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, p. 98-99.

chamados a discernir, em comunhão com os seus bispos e em diálogo com os outros irmãos cristãos, as opções e os compromissos que convêm tomar, para se operarem as transformações sociais, políticas e econômicas que se apresentam como necessárias e com urgência em não poucos casos (OA, 4).

Em 1975, na **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntian-di***, sobre a evangelização do mundo contemporâneo, Paulo VI lembrou que há uma profunda e necessária ligação entre evangelização e promoção humana, laços de ordem antropológica, teológica e evangélica: não é possível aceitar que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou que se encontra em necessidade.

O Papa João Paulo I (1978) não fez pronunciamentos de ordem social.

## 2 João Paulo II (1978-2005)

Noventa anos depois da *Rerum Novarum*, João Paulo II dedicou a **Encíclica *Laborem Exercens* (1981)** ao trabalho: bem fundamental para a pessoa, fator primário da atividade econômica e chave de toda a questão social. A *Laborem Exercens* delineou uma espiritualidade e uma ética do trabalho no contexto de uma profunda reflexão teológica e filosófica. O trabalho não deve ser entendido somente em sentido objetivo e material, mas há que se levar em conta a sua dimensão subjetiva, enquanto atividade que exprime sempre a pessoa. Além de ser o paradigma decisivo

da vida social, o trabalho tem toda a dignidade de um âmbito no qual a vocação natural e sobrenatural da pessoa deve encontrar realização.

Na referida encíclica, o Papa São João Paulo II viu o trabalho como a chave essencial de compreensão da questão social e proclamou como exigência central de uma sociedade justa a prioridade do trabalho sobre o capital. Além disso, aprofundou as críticas ao liberalismo econômico e ao socialismo coletivista. De igual modo, analisou o conflito entre o trabalho e o capital e os caminhos de superação desse conflito. Em seguida, proclamou os direitos dos homens e das mulheres que trabalham. Por fim, propôs elementos para uma espiritualidade do trabalho.

Com a **Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (1987)**, João Paulo II comemorou o vigésimo aniversário da *Populorum Progressio* e abordou novamente o tema do desenvolvimento para sublinhar dois dados fundamentais: por um lado, a situação dramática do mundo contemporâneo sob o aspecto do desenvolvimento que falta no Terceiro Mundo; e, por outro lado, o sentido, as condições e as exigências de um desenvolvimento digno do homem. A encíclica introduziu a diferença entre progresso e desenvolvimento e afirmou que o verdadeiro desenvolvimento não pode se limitar à multiplicação dos bens e dos serviços, isto é, àquilo que se possui, mas deve contribuir para a plenitude do “ser” do homem. Desse modo, pretendeu-se delinear com clareza a natureza moral do verdadeiro desenvolvimento.

A referida encíclica enfocou o elo estreito entre justiça e paz e a necessidade de que o Terceiro Mundo trilhasse um caminho próprio de desenvolvimento, não determinado pelo confronto entre as grandes potências. Criticou, ainda, as estruturas de pecado (conjunto de fatores negativos que agem em sentido contrário a uma verdadeira consciência do bem comum univer-

sal e à exigência de o favorecer), que têm sua raiz em atitudes que se opõem à vontade de Deus, sobressaindo hoje a avidez exclusiva do lucro e a sede de poder, buscadas a qualquer preço (SRS, p. 36-37). Outrossim, consagrou a opção preferencial pelos pobres, uma forma especial de primado na prática da caridade cristã, que se aplica especialmente às nossas responsabilidades sociais. Criticando o protecionismo e a situação de endividamento dos países pobres, propôs a reforma dos sistemas de comércio, monetário e financeiro e expressou a sua confiança em uma verdadeira libertação dos povos.

Com respeito à Teologia da Libertação, o Papa João Paulo II teve diversos posicionamentos: tomou a distância daqueles que ele considerava desvios que pretendiam reinterpretar o depósito da fé com base em ideologias de cunho materialista, mas, ao mesmo tempo, nas **Encíclicas *Sollicitudo Rei Socialis* e *Centesimus Annus***, afirmou que existe uma legítima, correta e necessária Teologia da Libertação, que deve ser promovida, difundida, protegida e defendida.

Ao longo dos anos de 1980, foram editados dois documentos da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a Teologia da Libertação: um deles com críticas “a alguns de seus aspectos” (*Libertatis Nuntius*, 1984) e outro que salientava positivamente “os principais aspectos da Teologia da Libertação” (*Libertatis Conscientia*, 1986).

No centésimo aniversário da *Rerum Novarum*, João Paulo II promulgou a sua terceira encíclica social, a ***Centesimus Annus* (1991)**, da qual emerge a continuidade doutrinal de cem anos de magistério social da Igreja. João Paulo II realçou como o ensinamento social da Igreja corria ao longo do eixo da reciprocidade entre Deus e o homem: reconhecer Deus em cada homem e cada homem em Deus é a condição de um autêntico desenvolvi-

mento humano. A análise articulada e aprofundada das *res novæ* e, especialmente, a grande guinada de 1989, com a derrocada do sistema soviético, contêm um apreço pela democracia e pela economia livre no quadro de uma indispensável solidariedade.

A referida encíclica articula a doutrina de um direito ao progresso, baseado na possibilidade dos povos de adquirir e desenvolver conhecimento e tecnologia que lhes permitam participar da economia contemporânea. As nações fortes têm o dever de permitir às mais fracas assumir o seu devido lugar no universo. Nessa encíclica, o Papa, mais do que em qualquer outra do ensino social, amarra suas propostas ao amor que brota da fé cristã, isto é, da adesão aos valores do Evangelho. Caberia à Igreja evangelizar mentes e corações de acordo com esses valores, por meio de uma grande obra educativa e cultural, necessária e urgente, para um novo estilo de vida (CA, 36).

### 3

## Bento XVI (2005-2013)

Na **Encíclica Deus é Amor (Deus Caritas Est - 2005)**, o Papa Bento XVI declarou que a opção fundamental de crer no amor de Deus nasce da afirmativa de que, no início do ser cristão, não há uma decisão ética, mas o encontro com um acontecimento, com uma pessoa que dá à vida um novo horizonte (rumo decisivo). Num mundo em que o nome de Deus é associado, às vezes, até com a vingança, essa encíclica objetiva falar de um amor com que Deus nos cumulou e que deve ser comunicado aos outros por nós.

A Encíclica *Deus Caritas Est* tratou não só do amor, mas também da caridade como dever da Igreja. Embora a justiça so-

cial seja atribuição do Estado, a fé deve iluminar a política, que se encarrega de prover a justiça. Nela, o Papa respondeu qual é a função da Igreja na política e como um cristão deve se portar na política. Ele tratou com clareza inspiradora a complexa relação entre justiça e caridade. Os bispos em Aparecida retomaram esse conteúdo, reforçando principalmente o papel dos leigos na vida pública e na transformação das estruturas.

Na segunda parte da encíclica, foi dito que, de forma alguma, a Igreja deve deixar de promover a justiça. A Igreja não deve substituir o Estado em suas funções, mas deve, como entidade da sociedade, exigir que o Estado cumpra a sua missão. A Igreja faz parte da sociedade e nela permanece como voz profética. A atuação social da Igreja nunca deverá ter como finalidade a busca do poder, nem de compensações para si mesma, nem mesmo deve ser motivada pelo proselitismo e a busca de adeptos, mas pelo amor à pessoa.

A finalidade da política é criar uma ordem justa na sociedade, de modo que a cada um lhe seja reconhecido o próprio direito e de forma que ninguém sofra por causa da miséria. Nesse caso, a justiça é a verdadeira finalidade da política, assim como a paz não pode existir sem a justiça. A busca dessa ordem de justiça corresponde à razão comum, assim como a política é algo que afeta todos os cidadãos. Com frequência, contudo, a razão fica cegada por interesses e pela vontade de poder. A fé serve para purificar a razão, para que possa ver e decidir corretamente. Portanto, é tarefa da Igreja curar a razão e reforçar a vontade por fazer o bem.

A missão da Igreja é orientar as atividades humanas para a verdade e o amor. Precisamente por isso, não pode nem ficar à margem na luta pela justiça. A Igreja contribui para construir a justiça, despertando as forças espirituais que capacitam o atuar justo que sempre exige renúncias. E isso se faz no dia a dia

de seu trabalho de formação dos cristãos e transmitindo à sociedade os ideais de uma vida coerente com o Evangelho.

Para o Papa, os “fiéis leigos são, ao mesmo tempo, cristãos e cidadãos. São a Igreja fazendo o mundo e são cidadãos do mundo que edificam a Igreja”.<sup>12</sup> A eles compete, em primeiro lugar, a vida pública e a ação política. Não podem eximir-se de intervir nela, cada um segundo seus dons e suas capacidades. Os bispos (e derivadamente os sacerdotes) se preocupam com a justiça desde o seu próprio lugar e a sua responsabilidade, desde a solidariedade e desde o amor como cidadãos, como cristãos e como Pastores da Igreja. Enquanto ministros sagrados, eles estão para servir aos fiéis, mediante o ensinamento autêntico da fé, a administração dos sacramentos e a guia da comunidade cristã. E, desde logo, têm o direito e o dever de falar quando estiverem em jogo os direitos fundamentais das pessoas. Quando a encíclica declara que a Igreja deve preocupar-se com a formação ética, está dizendo que os pastores não devem dedicar-se à política dos partidos, mas sim a impulsionar os fiéis leigos para que intervenham nas questões éticas e políticas em todos os níveis.

Uma última questão: se houvesse uma ordem justa, a caridade seria supérflua? Respondemos com Santo Agostinho: “A caridade interior nunca se interrompe! As obras da caridade, porém, se exercem conforme as exigências do tempo” (Comentário da 1ª Epístola de São João, VIII, p. 3). A justiça não faz nunca supérfluo o amor. Para além da justiça, o homem (ferido no corpo ou na alma) terá sempre necessidade de amor, que é o único capaz de dar sentido à justiça. O mundo espera o testemunho do amor cristão que se inspira na fé. Em nosso mundo, com frequência, tão obscuro, com esse amor, brilha a luz de Deus.

---

12 Puebla, p. 786.

## 4 Francisco (2013-2025)

Embora os escritos do Papa Francisco sobre a Doutrina Social sejam tratados em um capítulo à parte, colocaremos aqui alguns horizontes neste tema, inspirados nos conteúdos de suas grandes publicações: **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (2013)**, ***Laudato Si* – sobre o cuidado com a casa comum (2015)**, ***Gaudete et Exsultate* – sobre o chamado à santidade no mundo atual (2018)** e a ***Fratelli Tutti* – sobre a fraternidade e a amizade social (2020)**.

O Papa Francisco, recém-eleito, pôs de fato fim à estação cinzenta da “normalização” e não fez mistério de ligar-se ao impulso profético do Papa Roncalli do Concílio e de Paulo VI. Com o seu convite a voltar ao Evangelho, promoveu na Igreja um autêntico espírito de sinodalidade.

Sem negar a importância do papel insubstituível da razão no anúncio da fé, Francisco prefere mostrar a força renovadora do Evangelho vivido e do testemunho da vida. Ele está convencido de que o testemunho evangélico, dado com a própria existência, é mais eficaz do que um tratado teológico. Para ele, viver o Evangelho leva a compreender a mensagem de Cristo muito melhor do que uma longa encíclica. Isso não significa absolutamente diminuir a importância das intervenções doutrinárias do magistério; porém, mais do que anunciar a verdade nos termos abstratos da filosofia e da teologia, o novo papa prefere testemunhá-la por meio da linguagem concreta da vida que todos entendem.

O documento fundamental no qual está amplamente exposta a “opção evangélica” do Papa Francisco continua sendo a exortação apostólica *Evangelii Gaudium*. O próprio Papa, no seu discurso no 5º Congresso Nacional Eclesial de Florença, pediu

que ela seja estudada, aprofundada e traduzida na prática por toda a Igreja: “Permiti-me apenas vos deixar uma indicação para os próximos anos: em cada comunidade, em cada paróquia e instituição, em cada diocese e circunscrição, em cada região, procurai iniciar, de modo sinodal, um aprofundamento da *Evangelii Gaudium*, para tirar dela critérios práticos e para realizar as suas disposições”.

Francisco introduz o pensamento sistêmico na Doutrina Social da Igreja, segundo o qual todos os fatores sociais estão relacionados em torno da categoria casa comum. Seu ensinamento é integral, de modo a articular as dimensões social e ambiental, econômica e política, histórica e cultural, teológica e ética. Seu pontificado não deixa ninguém indiferente: é amado por uns e combatido por outros.<sup>13</sup> Suas opções pastorais estão notavelmente vinculadas à Teologia do Povo, braço argentino da Teologia da Libertação Latino-Americana. Para simbolizar a reabilitação dessa teologia incompreendida por João Paulo II e pelo cardeal Ratzinger, o Papa Francisco recebeu Gustavo Gutierrez em audiência e canonizou Dom Oscar Romero, bispo mártir de El Salvador.

Este novo capítulo da DSI está em continuidade com a tradição e os ensinamentos de seus antecessores. Ao reorientar toda a Igreja a olhar o mundo a partir dos pobres e descartados, Francisco não diz nada de novo, uma vez que reitera a ética social de vinte séculos da história do Cristianismo. A DSI sempre insistiu na urgência do acesso universal aos bens da terra e no direito à habitação e ao trabalho digno. São os três “T”: terra, teto, trabalho. “Estar com os pobres é Evangelho, não comunismo”.

---

**13** Fala-se que, em alguns ambientes religiosos, reza-se assim: “**Senhor, ilumina-o ou elimina-o**”.

O ensino social ocupa lugar privilegiado nos dois grandes textos de Francisco. Um capítulo inteiro da EG (capítulo 4: “A dimensão social da evangelização”) encontra-se no centro da encíclica *Laudato Si*, sobre o cuidado com a casa comum: “Esta carta encíclica se insere no magistério social da Igreja” (LS, p. 15). Para o Papa, a dimensão social está inserida desde as origens. É visível, em seus documentos, a unidade teológica entre a Criação e o Reino de Deus. A *Evangelii Gaudium* parte do “Evangelho do Reino de Deus”, sendo que a *Laudato Si* dedica o segundo capítulo ao “Evangelho da Criação”.

O que significa, para o Papa Francisco, voltar ao Evangelho, isto é, ser o rosto da Igreja profética e renovada?

- Ser uma Igreja livre de toda obsessão por poder;
- A opção pela pobreza;
- Ser uma Igreja serva.

## **Crítica implacável ao capitalismo neoliberal**

Mencionaremos, de maneira especial, as palavras do Papa Francisco pronunciadas nos três Encontros Mundiais realizados com os Movimentos Populares<sup>14</sup> e, também, o **Documento *Oeconomicae et Pecuniariae Quaestiones*** (“Questões Econômicas e Financeiras”) – Considerações para um discernimento ético

---

**14** O Primeiro Encontro foi realizado no Vaticano em 28/10/14. O Segundo Encontro foi realizado em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) em 09/07/15. O Terceiro Encontro foi, novamente, realizado no Vaticano em 05/11/16.

sobre alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro.<sup>15</sup> Neste nosso contexto atual, o Papa Francisco levanta as seguintes questões:

Quem nos governa, então? O dinheiro. Como governa? Com o chicote do medo, da desigualdade, da violência econômica, social, cultural e militar, que gera sempre mais violência, em uma espiral descendente que parece não acabar nunca. Quanta dor, quanto medo! (III Encontro).

Francisco define essa economia como ditadura sutil e insuportável: “[...] não a suportam os camponeses, não a suportam os trabalhadores, não a suportam as comunidades, não a suportam os povos” (II Encontro). O Papa ressalta, ainda:

Quantas palavras se tornaram molestas para este sistema! Molesta que se fale de ética, molesta que se fale de solidariedade mundial, molesta que se fale de distribuição dos bens, molesta que se fale de defender os postos de trabalho, molesta que se fale da dignidade dos fracos, molesta que se fale de um Deus que exige um compromisso em prol da justiça (EG, p. 203).

A teologia social de Francisco deslegitima moralmente o sistema em seu coração corrompido. Questiona e nega os elementos estruturais constitutivos e perversos do capitalismo teórico, prático e real. O sistema hegemônico (EG, p. 54, 56, 59 e 203) se caracteriza como uma “economia da exclusão”, um mer-

---

**15** Documento da Congregação para a Doutrina da Fé, publicado em 06/01/18.

cado regido por uma autonomia absoluta (EG, p. 202), cujos interesses são “regra absoluta” (EG, p. 56), um mercado divinizado (EG, p. 56), com idolatria (mecanismos sacralizados) (EG, p. 54): “idolatria do dinheiro” (EG, p. 55, 57), “rejeição de Deus” (EG, p. 57). O Papa é profético quando afirma que “o sistema social e econômico é injusto em sua raiz” (EG, p. 59).

Trata-se de um sistema que fez do dinheiro um ídolo, que exige sacrifícios de inocentes. O Papa Francisco já havia denunciado veementemente a globalização da indiferença quando celebrou a missa em Lampedusa, na Itália, em 08/07/13, pelas vítimas dos naufrágios.<sup>16</sup>

“O capitalismo desregulado é como Herodes, que semeou a morte de inocentes para defender seu próprio bem-estar”. Trilhões de dólares são desperdiçados no complexo industrial-militar e no socorro ao sistema financeiro, enquanto milhões de seres humanos são abandonados nos infernos da fome, do analfabetismo, da guerra, do desemprego. Francisco denuncia a opressão sobre os pobres e a espoliação do trabalhador como dois pecados que clamam a Deus. “Não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24).

O capitalismo é incapaz de distribuir a riqueza produzida a todos os membros da sociedade. É um sistema que explora, marginaliza e exclui. Francisco questiona e deslegitima moralmente o capitalismo, negando os seus elementos constitutivos e estruturais perversos, assim como também sua antropologia burguesa do individualismo egoísta e não solidário, sem nenhuma preocupação com o bem comum: “Se cada ação tem consequências, um

---

**16** A Homilia do Papa Francisco em Lampedusa é um verdadeiro Curso de Doutrina Social, muito emocionante: “Peçamos ao Senhor a graça de chorar pela nossa indiferença”.

mal embrenhado nas estruturas de uma sociedade sempre contém um potencial de dissolução e de morte. É o mal cristalizado nas estruturas sociais injustas, a partir do qual não podemos esperar um futuro melhor” (EG, p. 59). “A superação do individualismo possibilita uma mudança relevante na sociedade” (LS, p. 208). A denúncia profética é posta a serviço da esperança (LS, p. 76).

## **Única crise socioambiental e tempo decisivo**

A encíclica *Laudato Si* e a exortação *Laudate Deum* são um apelo urgente do Papa Francisco nos tempos críticos de colapso climático e ambiental que o mundo está vivenciando. Perturbados pelos fenômenos extremos que desabrigam milhares de pessoas e forçam milhões a migrar como refugiados ambientais, em eventos que afetam a biodiversidade e contaminam o planeta, somos confrontados diretamente com os efeitos do pecado ecológico, que foi definido pelo Sínodo da Amazônia como um pecado contra as gerações futuras, uma transgressão contra os princípios da interdependência e uma ruptura das redes de solidariedade entre as criaturas.

Diante da percepção do tempo-limite em que a atual civilização se encontra, o Papa Francisco nos chama a uma mudança urgente e profunda do modelo econômico e dos estilos de vida e de consumo.

## **Questões políticas e o Papa Francisco**

A justiça é um dever central da política: um Estado que não se orienta pela justiça é comparável a um grande bando de

ladrões (Santo Agostinho). A primeira finalidade das instituições políticas é a concretização de uma ordem social justa.<sup>17</sup>

O Evangelho ensina que a medida intrínseca de toda a política é que a justiça e o direito do pobre sejam garantidos. As desigualdades sociais e econômicas são uma realidade política que interpela a consciência cristã. “Embora a justa ordem da sociedade e do Estado seja dever central da política, a Igreja não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça” (EG, p. 183).

## **Para a Doutrina Social da Igreja, qual sistema político-econômico seria o ideal?**

Hoje, muitos cristãos têm uma formação distorcida ou parcial quanto aos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja sobre os sistemas políticos econômicos. Por exemplo: muitos se manifestam contra determinados segmentos políticos simplesmente porque alguém lhes falou que “esse segmento é comunista”. Muitos desses segmentos nunca foram comunistas e nem a implan-

---

**17** Em discurso na visita à Organização das Nações Unidas (25/09/2015), o Papa Francisco reforçou esse entendimento da DSI: “A definição clássica de justiça contém como elemento essencial uma vontade constante e perpétua para garantir o direito de todos [...]. É preciso não perder de vista, em momento algum, que a ação política e econômica só é eficaz quando é concebida como uma atividade prudencial, guiada por um conceito perene de justiça e que tem sempre presente que, antes e para além de planos e programas, existem mulheres e homens concretos, iguais aos governantes, que vivem, lutam e sofrem e que muitas vezes se veem obrigados a viver miseravelmente, privados de qualquer direito”. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco\\_20150925\\_onu-visita.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150925_onu-visita.html)>. Acesso em: 13/04/2019.

tação do comunismo rege seus estatutos. O que eles almejam é uma social-democracia, isto é, **governar com inspiração socialista**. Nesse sistema, a iniciativa privada pode atuar, mas o Estado deve garantir os direitos básicos da população. Por exemplo: podem existir escolas particulares? Sim, podem, mas o Estado deve garantir uma educação de qualidade, de forma pública, para todos os cidadãos que não podem pagar pelo ensino particular, assim como deve ocorrer em todas as outras áreas. Um Estado de inspiração socialista, que assumiu as formas históricas recentes de “Estado social” ou “*Welfare State*”, vai de acordo com os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja, desde o Papa São João XXIII, em sua **Carta Encíclica *Pacem in Terris* (“A Paz dos Povos”, 1963)**, passando pelo, também, Papa São Paulo VI, em sua **Carta Encíclica *Populorum Progressio* (“O Desenvolvimento dos Povos”, 1967)**, entre muitos outros documentos, até os nossos dias.

Quanto ao comunismo e ao socialismo, a Igreja já os rejeitou, desde o Papa Leão XIII, em 1891, na Carta Encíclica *Rerum Novarum* (“Das Coisas Novas”), dentre muitos outros documentos<sup>18</sup> até os tempos atuais. De igual modo, a Igreja rejeitou também o sistema capitalista em vários documentos dos Papas São João Paulo II e Bento XVI<sup>19</sup> e, mais recentemente, do Papa Francisco,

---

**18** Principalmente com O Papa Pio XI, na carta encíclica: *Divini Redemptoris*, de 19/03/1937, sobre o comunismo ateu. Esta encíclica visa três objetivos: expor a doutrina comunista, compará-la com a doutrina cristã e propor meios para salvar a civilização cristã.

**19** Frei Betto trata esse assunto num artigo: MARXISMO E CRISTIANISMO – O Papa e a utilidade do marxismo. “Há que voltar a Marx para saber o que é marxismo; assim como há que retornar aos Evangelhos e a Jesus para saber o que é cristianismo.... O marxismo é um método de análise da realidade. E, mais do que nunca, útil para se compreender a atual crise do capitalismo. O capitalismo, sim, já não é útil, pois promoveu a mais acentuada desigualdade social entre a população do mundo; apoderou-se de riquezas naturais de outros povos; desenvolveu sua face imperialista e monopolista; centrou o equilíbrio do mundo em arsenais nucleares; e disseminou a ideologia neoliberal, que

como a *Evangelii Gaudium* (“A Alegria do Evangelho”): “Assim como o mandamento ‘não matar’ põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer não a uma economia da exclusão e da desigualdade social. ESTA ECONOMIA MATA”. Nos parágrafos 53 e 54, o Papa reprova fortemente o capitalismo. Mas também está no próprio Catecismo da Igreja Católica a condenação dos sistemas perversos que privilegiam somente o mercado em detrimento dos valores da pessoa humana:

A Igreja rejeitou as ideologias totalitárias e ateias, associadas, nos tempos modernos, ao ‘comunismo’ ou ao ‘socialismo’. Por outro lado, recusou, na prática do ‘capitalismo’, o individualismo e o primado absoluto da lei do mercado sobre o trabalho humano. Regular a economia só pela planificação centralizada perverte a base dos laços sociais: regulá-la só pela lei do mercado é faltar à justiça social, porque há numerosas necessidades humanas que não podem ser satisfeitas pelo mercado. É necessário preconizar uma regulação racional do mercado e das iniciativas econômicas segundo uma justa hierarquia dos valores e tendo em vista o bem comum (CIGC, p. 2.425).

É importante, também, estudar o já citado documento recente: “Considerações para um Discernimento Ético sobre Alguns Aspectos do Atual Sistema Econômico-Financeiro”

---

reduz o ser humano a mero consumista submisso aos encantos da mercadoria... Onde o cristianismo e o marxismo falam em solidariedade, o capitalismo introduziu a competição; onde falam em cooperação, ele introduziu a concorrência; onde falam em respeito à soberania dos povos, ele introduziu a globocolonização”.

[file:///C:/Users/Leomar/Downloads/frei\\_betto\\_papa\\_marxismo\\_po.pdf](file:///C:/Users/Leomar/Downloads/frei_betto_papa_marxismo_po.pdf) - Acesso em 15/04/2019.

(“*Oeconomicae et Pecuniariae Quaestiones*”, 06/01/18), que deixa claro que só venceremos esta crise ética com regulação e regras claras e determinadas que freiem a ganância do capitalismo, que não conhece limites para explorar o ser humano e colocar em xeque a futura existência do planeta.

Como se vê, nem precisaríamos de documentos para saber que a Igreja é a favor da vida em todas as fases; então, vamos buscar o conhecimento para não espalhar preconceitos por causa da ignorância e nem para ficar assumindo e defendendo mentiras que foram passadas como verdades. Temos que ficar com a totalidade da Doutrina; caso contrário, muitas pessoas rejeitarão um suposto comunismo (que não existe) e assumirão segmentos políticos de pontos sombrios e de improvável governabilidade, pondo em risco a democracia, construída com muitos sacrifícios nestes últimos anos.

**Compromisso do cristão:** diante dos graves problemas políticos, a visão cristã não pode ser passiva ou resignada. É dever do católico participar da política: “Devemos implicar-nos na política, porque a política é uma das formas mais elevadas da caridade, visto que procura o bem comum” (EG, p. 205). Em *Gaudete et Exsultate*, Francisco apresenta a pessoa de Jesus como referência do agir cristão na política:

A justiça que Jesus propõe não é como a que o mundo procura, uma justiça muitas vezes manchada por interesses mesquinhos, manipulada para um lado ou para outro. A realidade mostra-nos como é fácil entrar nas súcias da corrupção, fazer parte dessa política diária do ‘dou para que me deem’, onde tudo é negócio.

E quantas pessoas sofrem por causa das injustiças, quantos ficam assistindo, impotentes, como outros se revezam para repartir o bolo da vida. Alguns desistem de lutar pela verdadeira justiça e optam por subir para o carro do vencedor. Isso não tem nada a ver com a fome e sede de justiça que Jesus louva (GEx, p. 78).

## 5 Igreja Latino-Americana e no Brasil

**Tivemos na América Latina a realização de quatro grandes Conferências do Episcopado:**

- **1968: Medellín** – A situação da América Latina e os desafios que a Igreja coloca.
- **1979: Puebla** – A evangelização no presente e no futuro da América Latina.
- **1992: Santo Domingo** – Nova Evangelização, promoção humana e cultura cristã.
- **2007: Aparecida** – Compromisso com a justiça.

## A Doutrina Social da Igreja e o Documento de Aparecida

O Papa Bento XVI disse, ao inaugurar a V Conferência do CELAM, em Aparecida: “Será também necessária uma catequese

social e uma adequada formação na Doutrina Social da Igreja, sendo muito útil para isso o **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. A vida cristã não se expressa somente nas virtudes pessoais, mas também nas virtudes sociais e políticas”.<sup>20</sup>

A partir desse discurso, os Bispos reunidos na V Conferência apontaram caminhos para a solidariedade em relação às graves questões sociais que afligem os diferentes países da América Latina e do Caribe. Atendendo ao apelo do Papa, o Documento de Aparecida apresenta, com insistência, a difusão da Doutrina Social da Igreja, apontando-a como caminho para iluminar as consciências e encontrar respostas e saídas para os problemas sociais.<sup>21</sup>

Quais seriam os pontos centrais de uma Doutrina Social da Igreja aplicada ao continente e ao Caribe? O ponto de partida que os Bispos enfocam consiste concretamente das angústias, das necessidades e do grito dos mais pobres,<sup>22</sup> sendo que seu

---

**20** BENTO XVI, Discurso Inaugural da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, p. 3.

**21** CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribe. 13-31 de maio de 2007. Brasília/São Paulo, Edições CNBB/Paulus/Paulinas, 2007, n. 99f; 100c; p. 299.

**22** “A globalização faz emergir, em nossos povos, novos rostos pobres. Com especial atenção e em continuidade com as Conferências Gerais anteriores, fixamos nosso olhar nos rostos dos novos excluídos: os migrantes, as vítimas da violência, os deslocados e refugiados, as vítimas do tráfico de pessoas e sequestros, os desaparecidos, os enfermos de HIV e de enfermidades endêmicas, os toxicodependentes, idosos, meninos e meninas que são vítimas da prostituição, pornografia e violência ou trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas da exclusão e do tráfico para a exploração sexual, pessoas com capacidades diferentes, grandes grupos de desempregados(as), os excluídos pelo analfabe-

ponto de chegada seria a busca de uma maior justiça na superação das desigualdades e na “globalização da solidariedade”.<sup>23</sup> O método, retomado novamente, para dar resposta corajosa aos problemas apresentados, é o caminho do “ver, julgar e agir”. Enfim, os Bispos se preocupam em encontrar formas de cooperação e encaminhamentos práticos para as questões que mais afligem as pessoas do continente: fome, desemprego, concentração de terras e das riquezas, com aumento da pobreza e exclusão, migrações, drogas etc.<sup>24</sup>

No Documento de Aparecida, a exemplo do publicado pela ocasião do Concílio Vaticano II, o ponto de partida consiste dos “sinais dos tempos”, presentes em uma realidade ambígua e contraditória, uma realidade que nos interpela, pois contradiz o Reino de Vida, enquanto o ponto de chegada é a vida em plenitude para a pessoa inteira e para nossos povos. “A realidade, por mais dura e contraditória que seja, como é o caso da América Latina e do Caribe, não tem a última palavra. O plano de vida do Pai já está presente e acontecendo na história do Espírito do Ressuscitado. Por isso, há um ‘ponto de chegada’ para esse ‘ponto

---

tismo tecnológico, as pessoas que vivem na rua das grandes cidades, os indígenas e afro-americanos, agricultores sem-terra e os mineiros. A Igreja, com sua Pastoral Social, deve dar acolhida e acompanhar essas pessoas excluídas nas respectivas esferas” (DA, p. 402).

**23** A Igreja volta-se para a busca de uma nova ética nas relações internacionais, com regras mais justas para as trocas internacionais, regulação do mercado financeiro e na promoção do bem comum global (Cf. DA, p. 406: “Globalização da solidariedade e justiça internacional”).

**24** O documento apresenta vários “rostos” sofredores que doem em nós: pessoas que vivem na rua nas grandes cidades, migrantes, enfermos, dependentes de drogas e detidos em prisões (p. 407-430).

de partida', que é a vida em plenitude para nossos povos".<sup>25</sup>

Concluimos nosso estudo com esta prece do Papa Francisco: "Deus de amor [...], iluminai os donos do poder e do dinheiro para que não caiam no pecado da indiferença, amem o bem comum, promovam os fracos e cuidem deste mundo que habitamos, amém" (LS, "Oração Cristã com a Criação").

---

**25** BRIGHENTI, Agenor. A desafiante proposta de Aparecida. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 13.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Nilo. **Teologia moral**: o que você precisa viver e saber. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

ALVES, Pe. Antônio Aparecido. **Conceito de Doutrina Social da Igreja**. Disponível em: <<http://www.dehonianos.org.br/>>.

ÁVILA, Fernando Bastos. **Solidarismo**: Alternativa para a globalização. Aparecida (SP): Ed. Santuário, 1997.

BITTENCOURT, Estevão. Escola *"Mater Ecclesiae"* **Curso de Doutrina Social da Igreja**. Disponível em: <<http://www.materecclesiae.com.br/index.htm>>.

CAMACHO, Ildefonso. **Doutrina Social da Igreja**: abordagem histórica. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

CNBB. **Temas da Doutrina Social da Igreja**. Projeto Nacional de Evangelização: Queremos Ver Jesus Caminho, Verdade e Vida. Cadernos 1, 2 e 3, 2004 e 2006.

\_\_\_\_\_. **Ética: Pessoa e Sociedade**. São Paulo: Edições Paulinas, 1993. Doc. nº 50.

\_\_\_\_\_. **Manual da Campanha da Fraternidade 2019**: Fraternidade e Políticas Públicas. Brasília: Edições CNBB, 2019.

COLEÇÃO ENSINO SOCIAL DA IGREJA. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1992. 4 volumes.

COLEÇÃO HUMANITAS. **O Ensino Social e a Globalização**. São Leopoldo (RS): Ed. Unisinos, 2002.

COLEÇÃO OS PADRES DA IGREJA 6. **Os Padres da Igreja e a Questão Social**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.

COLEÇÃO TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO. ANTONCICH, R. & MURNARRIZ SANS, José Miguel. **Ensino Social da Igreja**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

COLEÇÃO TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO. DUSSEL, E. **Ética comunitária: Liberta o Pobre**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.

COLEÇÃO TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO. MOSER, A. & LEERS, B. **Teologia Moral: Impasses e alternativas**. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1998.

DOUTRINA SOCIAL E UNIVERSIDADE. **O cristianismo desafiado a construir cidadania**. PASSOS, João Décio; SOARES, Afonso Maria Ligorio (orgs.). São Paulo: Paulinas, 2007.

FRANCISCO, Papa. **A Igreja da misericórdia: minha visão para a Igreja**. São Paulo: Paralela, 2014.

\_\_\_\_\_. **O nome de Deus é misericórdia**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2016.

GASDA, Élio Estanislau. **Trabalho e Capitalismo Global: Atualidade da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cristianismo e Economia: Repensar o trabalho além do capitalismo**. São Paulo: Paulinas, 2014.

\_\_\_\_\_ **Economia e bem comum:** o cristianismo e uma ética da empresa no capitalismo. São Paulo: Paulus, 2016. Coleção Ethos.

\_\_\_\_\_ **Doutrina Social:** Economia, Trabalho e Política. São Paulo: Paulinas, 2018.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia Social Crítica como prática de libertação.** 3ª ed. Porto Alegre (RS): Edipucrs, 2005.

GUTIERREZ, Exequiel R. **De Leão XIII a João Paulo II:** cem anos de Doutrina Social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1995.

LIBÂNIO, João Batista. **Teologia da Libertação:** Roteiro didático para um estudo. São Paulo: Ed. Loyola, 1987.

MOSER, Antonio. **Mudanças na moral do povo brasileiro.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

RUSS, Jacqueline. **Pensamento ético contemporâneo.** São Paulo: Paulus, 1999.

SORGE, Bartolomeo. **Por uma civilização do amor:** A proposta Social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1998.

\_\_\_\_\_ **Breve Curso de Doutrina Social.** São Paulo: Paulinas, 2018.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué C. da. **Conversando sobre ética e sociedade.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

ZACHARIAS, Ronaldo & MANZINI, Rosana. **A Doutrina Social da Igreja e o cuidado com os mais frágeis.** São Paulo: Paulinas, 2018.

## Leia todos os títulos da coleção:



### Estudo 1

**Doutrina Social da Igreja:**  
Fundamentos bíblicos  
e primeiros séculos do  
cristianismo



### Estudo 2

**Doutrina Social da Igreja:**  
As grandes Encíclicas Sociais,  
abordagem histórica sobre a visão da  
Igreja em Relação às questões sociais



### Estudo 3

**Doutrina Social da Igreja:**  
Magistério do Papa  
Francisco



### Estudo 4

**Doutrina Social da Igreja:**  
Os grandes princípios

Organização:



**CNBB**  
CONFERÊNCIA NACIONAL  
DOS BISPOS DO BRASIL

Comissão Episcopal  
para a Ação  
Sociotransformadora

Apoio:

**misereor**  
GEMEINSAM GLOBAL GERECHT

**P**ORTICUS



[cepastcnbb.org.br/](http://cepastcnbb.org.br/)

Acesse nosso site e nossas redes

 @Cepastcnbb

 Cepast-CNBB

 Cepast CNBB

 @Cepastcnbb